

SEMINÁRIO DO PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO

ATA: 002/2019

Data: 06/11/2019

Local: Anfiteatro do Instituto Federal do Rio Grande do Sul

Pauta:

1 – Seminário: Cenários Econômicos e Diretrizes do Plano Diretor

Aos 6 (dias) do mês de Novembro, no anfiteatro do IFRS, às 09:00 horas, com a coordenação do secretário da SMCP Roque Werlang, foi dado início ao Seminário do Plano Diretor Participativo. Na entrada do evento foram distribuídas as cartilhas educativas da prefeitura sobre o Plano Diretor e foram coletadas as assinaturas dos convidados para o seminário. A cerimonialista Sr<sup>a</sup>. Fernanda Cruz faz a abertura do seminário convidando os presentes para compor a mesa de abertura, Sr. Prefeito Alexandre Lindenmeyer, o secretário de Coordenação e Planejamento, Roque Werlang, o vice-reitor da Universidade Federal do Rio Grande, Danilo Giroldo, o diretor de pesquisa do IFRS, Cleiton Ferreira, o representante da Superintendência do Porto do Rio Grande, Eduardo Neto, e o vice-presidente do Conselho Municipal de Desenvolvimento Social e Cultural da Comunidade Negra (COMDESCOM), Cristiano Ávila, que representou a sociedade civil. Secretário Roque, deu as boas vindas a todos e todas ao abrir os trabalhos. Na sua fala destacou que a realização do Seminário visa ampliar e efetivar a participação da sociedade na revisão do Plano Diretor Participativo, não é uma pauta exclusiva da prefeitura, mas de toda a cidade, um grande pacto coletivo que estamos construindo e que irá repercutir em novos avanços e melhorias para Rio Grande. Sr. Cristiano Ávila salienta que o Plano Diretor é mais uma forma de participação das pessoas nas discussões relacionadas à cidade, uma oportunidade para debatermos e apresentarmos propostas que irão impactar diretamente nas nossas vidas. O vice-reitor da FURG, Danilo

**Doe órgãos, doe sangue: Salve Vidas!**



Prefeitura Municipal  
do **RIO GRANDE**  
Aqui tem Governo Popular

Estado do Rio Grande do Sul  
**PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE**

SECRETARIA MUNICIPAL DE COORDENAÇÃO E  
PLANEJAMENTO



Giroldo parabenizou o executivo pela iniciativa e elogiou o processo de construção do Plano Diretor, um documento bastante participativo e aberto para contribuição técnica e democrática que busca dar conta dos anseios da nossa comunidade. O prefeito Alexandre Lindenmeyer reforçou esse entendimento, e para ele o Plano é um instrumento que valoriza a participação popular e que contribui para a construção de uma cidade ainda melhor para se viver, e que possamos junto construir uma proposta plural, inclusiva e sustentável. Acima de tudo, que contribua para a melhoria da qualidade de vida do nosso povo. Desfeita a mesa de abertura, Secretário Roque apresenta Princípios e Diretrizes Gerais, O direito à cidade, a função social da propriedade urbana, a função social da propriedade rural, sustentabilidade, gestão democrática e participativa, e equidade social e territorial. Destaca também algumas das diretrizes estratégicas que irão balizar o novo Plano, como a promoção da cidadania participativa, da acessibilidade universal, o direito à moradia e urbanização qualificada, a democratização e diversidade do uso e ocupação do solo, a equidade de gênero, raça e crença, o respeito ao legado cultural e histórico, dentre outras. Neste eixo o secretário destacou dois pontos: a promoção do desenvolvimento da Economia do Mar, através do uso sustentável dos recursos hídricos e o desenvolvimento urbano do município de forma alinhada aos objetivos globais da agenda 2030, da Organização das Nações Unidas (ONU), reforçando que a proposta é de aproveitar todo o potencial de uma cidade “ rodeada pelas águas”, como Rio Grande. O fomento ao turismo, aos esportes náuticos e de projetos relacionados ao porto do Rio Grande estão inseridos nessa proposta. Secretário Roque ao finalizar alerta que esta apresentação se trata de um resultado parcial, uma primeira elaboração que estamos apresentando para a comunidade discutir. Logo a seguir o secretário apresentou como utilizar a ferramenta Decide, pois é um novo instrumento de participação que esta sendo utilizado para debates, consultas públicas e na elaboração do Plano Diretor. Neste momento abre para a manifestação dos presentes, primeira inscrita Clarissa que registra a falta de ônibus para o turismo e a valorização dos pontos turísticos de Rio Grande. Sr<sup>a</sup>. Neci ressalta o pertencimento do machismo pelo fato da mesa ser composta somente por homens, igualdade social de gênero, cultural e etc... Sr<sup>a</sup>. Catiane salienta a inclusão de deficientes e adultos na escola, lazer para as crianças, carência de equipamentos e buscar por apoio com as empresas. Sr. Fernando informa a acessibilidade diretamente ligada à individualidade da sociedade, exclusão dos deficientes, o Plano Diretor deve ser eficaz para atender a todos, a comunidade deve se unir para acontecer à verdadeira democracia, para que não limite pessoas a ir à escola por falta de acessibilidade. Sr. Cristiano salienta uma filosofia africana que é muito utilizada na comunidade negra “Ogum” “eu sou porque nós somos”, significa deixar de ser individualista e pensar no coletivo, e com a falta de acessibilidade, paramos e percebemos como é importante na nossa cidade e convida todos na parte da tarde para participar do grupo de trabalho e dar sua opinião para a construção do Plano Diretor. Sr<sup>a</sup>. Maria de Lurdes relata a importância da ação da sociedade na cobrança do cumprimento da lei, executar políticas públicas na prática a partir da provocação dos

**Doe órgãos, doe sangue: Salve Vidas!**

movimentos sociais, construímos a política, mais o fortalecimento e a realização das ações se darão a partir da organização da sociedade na execução da exigência do cumprimento daquilo que foi aprovado. Nesse caso parabênizo o secretário Roque pela apresentação, e informo o que não foi implementado esta no nosso âmbito e vamos seguir perseguindo, a luta das mulheres é uma luta que não acaba, é permanente. Sr<sup>a</sup>. Lurdes ressalta a falta de acessibilidade na cidade, informa que a diretora da escola de surdos deu início a criação da central de interpretes, mais está parado na burocracia, o processo começou em julho e tinha prazo de 60 dias para que fosse criada essa central e até o momento não houve retorno. Sr<sup>a</sup>. Andrea relata a transversalidade das propostas, e diz que é preciso discutir as questões de desenvolvimento da cidade como um todo integrando as políticas públicas das diversas áreas no território urbano e rural como espaços interdependentes, e não poderá seguir uma discussão pensando só no problema da habitação, tendo que atender ela enquanto uma demanda social, mas também como políticas públicas devemos atender como direito, atender como mercado, enfim é um processo que amplia os horizontes de apenas uma discussão física da cidade. Temos no nosso território diversos agentes que são produtores e que estão dialogando no Plano Diretor, não só sobre as questões da moradia que ele estão demandando na habitação rural, mas nas condições de como eles atuam no mercado e no desenvolvimento econômico do município. Sr. Eduardo agradece pela oportunidade de estar participando do seminário, e de sua importância, pois são através das informações que a comunidade poderia desenvolver a sua tradição e cultura. Sr. Claudio apresenta o que a comunidade necessita e a falta de trocas de informação.. Houve uma pausa para o almoço às 11h45min e retorno às 13h30min para as discussões dos eixos temáticos com os grupos (Políticas sociais; Planejamento Urbano; Cidadania, Direitos Humanos e Democracia Participativa; Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente). E logo após o término das discussões em grupos, houve retorno para o plenário e apresentação das contribuições de cada grupo. O relator Fabricio Araújo do grupo de Desenvolvimento Econômico, relata que seria importante executar um melhor refinamento na participação dos conselhos antes de formatar um documento, verificar as potencialidades dentro da transversalidade que é o desenvolvimento econômico, inovação, economia do mar com os institutos de pesquisa das universidades, dos próprios estabelecimentos técnicos, por exemplo: IFRS, que tem bastantes pesquisas neste sentido, toda a situação de Porto Indústria, que foi contribuído pelo representante do Porto de Rio Grande. Criar uma desmistificação com relação à inovação, pois se entende que a inovação está em todos os lugares e áreas, e o Plano Diretor deve olhar para este conteúdo. Na pesca deverá potencializar a iniciação das tecnologias da inovação principalmente nas situações de fazenda de camarões. O Porto do Rio Grande deve atender para um master plano com suas poligonais onde são definidos seus limites e suas competências para atuação. No desenvolvimento primário, fortalecer a situação das cadeias de leite, a situação da semente crioula, potencializar o turismo, ecoturismo e potencializar a inserção da tecnologia e inovação dentro desta área. Como potencializar a economia criativa

e solidaria no uso da tecnologia e inovação, economia criativa também nas mais diversas áreas gastronomia, artesanato, mídias, desenvolvimento de aplicativo e etc. Relator Daniel do grupo de políticas sociais resalta que fizeram a leitura de cada uma das diretrizes propostas com cada setor e as alterações foram colocadas no próprio trabalho, não foi produzido um relatório específico. Muitas das diretrizes propostas já eram fruto de uma ampla discussão social através dos planos setoriais, os planos de cada um dos setores vem sendo construídos. Foram pequenas alterações feitas, muitas delas focadas na universalização do acesso as políticas públicas com relação à acessibilidade, ao gênero. E de uma maneira geral para contribuir e conhecer as políticas desenvolvidas também pelos outros setores. Sr<sup>a</sup> Alisson, relatora do grupo Cidadania, Direitos Humanos e Democracia Participativa apresentou as contribuições feitas, sociedade e política nos direitos da mulher, já havia sido colocado de forma propositiva à implantação de alguns equipamentos, mas se debateu bastante a questão da acessibilidade, lazer para as crianças nos equipamentos públicos, se trabalhou com os temas de igualdade racial e povos indígenas corrigindo e delimitando melhor as tecnologias dos povos originários e povos tradicionais dentro de cada especificidade, foram discutidas as questões sobre drogas, do idoso, da criança e do adolescente, segurança alimentar não estava em políticas sociais e cidadania e é uma política bem extensiva, pois existem vários projetos. Outro tema importante a ser tratado é sobre os migrantes, já existe um comitê intersectorial coordenado pela assistência social, pois possuem um trabalho bem amplo junto da segurança pública, população em situação de rua foi um tema colocado dentro de políticas sobre drogas é amplo e tem interface com a assistência, defesa civil, foram discutidas a demarcação dentro das unidades de planejamento dos espaços da população indígena, das três aldeias dentro do tema dos povos indígenas. E no tema de democracia participativa foram registradas a importância de ampliar à participação social, principalmente em relação ao monitoramento do Plano Diretor e são esses os desafios que a cidade tem com suas múltiplas realidades e regiões, sendo sugerido o debate através dos núcleos de regionalização para pensarmos em desenvolvimento como proposta. O relator Tagliani do grupo Meio Ambiente, relata o que foi discutido no grupo de trabalho, e de modo geral a ideia de que o município possa se apropriar do seu território e fazendo cumprir com que os outros entes federais também cumpram seu papel de fiscalização e monitoramento, pois o município tem o papel de assegurar que as políticas públicas sejam implementadas. Propor a internalização de alguns instrumentos em estadual com o enquadramento das águas, controle da fauna sinantrópica, controle das cargas tóxicas, plano ambiental dentro do Plano Diretor, retirada dos carros na praia do Cassino, exclusão de pesca de arrasto, traineiras na boca dos molhes, área de exclusão de agrotóxicos ao longo da adutora e área de exclusão de veículos em frente à Iemanjá, para ficar no âmbito do zoneamento ecológico econômico. O professor Danilo Giroldo complementou que o Plano Diretor deve revisar a Lei do CONDEMA, todo o regimento que existe e consultá-las dentro das diretrizes do Plano Diretor. Sr<sup>o</sup> Joziel, relator do grupo de Planejamento Urbano, habitação e regularização



Prefeitura Municipal  
do **RIO GRANDE**  
Aqui tem Governo Popular

Estado do Rio Grande do Sul  
**PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE COORDENAÇÃO E  
PLANEJAMENTO



fundiária disse que o debate focou dois eixos prioritários, regularização da cidade consolidada e produção da habitação. Conforme Estatuto da Cidade, o Plano deve ser regulamentado por lei municipal aplicado no município e constatado que deveram obter prazos para esses parâmetros, estabelecer forma de compensação ambiental para qualificar nas áreas, estímulo a produção das edificações dos bairros contempla diversas faixas de renda, necessidade apesar da existência da lei inclusive do estatuto da pessoa com deficiência de sempre se salientar a necessidade da acessibilidade e da acessibilidade universal. Na mobilidade urbana se estabelece que o primeiro inciso deve-se tratar de mobilidade universal, promover uma cidade conectada, mas com alto grau de inclusão social através da acessibilidade universal, implantação de rotas acessíveis, incentivar o uso de veículos com energias renováveis, restrições de trânsito dentro do centro histórico pelo conflito causado com o patrimônio. No patrimônio cultural foram discutidos os usos compatíveis do patrimônio histórico edificado, necessidade de promover inventário que foi aprovado por lei de incentivo na etapa de captação de recursos e precisa ser captado até o final do ano, buscar estabelecer prazos para os planos que vão seguir na realização do inventário, resgate do programa parques cidades históricas para valorização dos ambientes históricos e implantar planos de ações para o patrimônio histórico. Roque informa que a discussão apresentada no seminário ficará disponível para consulta pública na plataforma Decide Rio Grande ([decide.riogrande.rs.gov.br](http://decide.riogrande.rs.gov.br)), esta ferramenta requer o cadastro do usuário para poder acessar os diagnósticos estratégicos sobre a cidade e do Plano Diretor, regimento e demais documentos relacionados. Lembra ainda que a ferramenta Decide segue aberta para debates e contribuições, pois foi criada com o objetivo de ampliar a participação popular. Não tendo mais nada a tratar, Secretário Roque encerrou a reunião às 17h15min, lavrando-se a seguinte ata que vai assinada pelo Sr. Presidente e por mim Camila Silveira que secretariei o seminário.

**Doe órgãos, doe sangue: Salve Vidas!**

Largo Engº João Fernandes Moreira s/n – Fone/ Fax: (53) 30358434 – Centro – CEP 96200-380 – Rio Grande – RS.